

Mais dinheiro para a saúde do DF

MINISTÉRIO ELEVA DE R\$ 10 PARA R\$ 13 VALOR POR HABITANTE REPASSADO ANUALMENTE PARA PROGRAMAS DE ATENÇÃO BÁSICA

14 OUT 2004
TRIBUNA DO BRASIL

O Ministério da Saúde (MS) aumentou o valor do repasse mínimo anual por habitante para ações básicas de saúde. O aumento, de 30%, eleva a cifra de R\$ 10,00 para R\$ 13,00 por habitante/ano. Esse valor corresponde à parte fixa do Piso de Atenção Básica (PAB), cujos recursos são transferidos para municípios e para o Distrito Federal. O reajuste significará, em todo o Brasil, mais R\$ 228,96 milhões anuais a valores de hoje. Para o DF, o aumento representa mais R\$ 547.447,25, sobre os R\$ 1.824.824,17 recebidos até agosto. Com o reajuste do valor mínimo, esse repasse passou para R\$ 2.372.271,42. O reajuste representa um importante incremento no atendimento básico, já que oferece maior apoio financeiro a estados e municípios. O PAB consiste em recursos financeiros destinados a investimentos de procedimentos e ações de assistência básica, de competência dos municípios. Entre as ações financiadas com esses recursos estão as consultas médicas em especialidades básicas, atendimento odontológico básico, vacinação, visita e atendimento ambulatorial e domiciliar do Programa de Saúde da Família (PSF), assistência pré-natal, pequenas cirurgias, atividades dos agentes comunitários de saúde e pronto-atendimento em unidade básica de saúde.

O secretário de Saúde, Arnaldo Bernardino, comemorou



Arnaldo Bernardino lembra que Brasília atende população do Entorno

a decisão, mas adiantou que o valor se baseia apenas na população do Distrito Federal e não na totalidade de pessoas que o sistema público de saúde do DF atende anualmente. "Os estados e o DF recebem os recursos para a assistência básica à saúde, conforme as populações aferidas pelo censo de 2000 realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ocorre, que além dos 2.173 milhões de pessoas que moram no DF, a nossa rede atende mais de dois milhões de pessoas, provenientes das cidades do Entorno e de várias

cidades da região nordeste", explicou o secretário.

Arnaldo Bernardino lembrou que o excesso de demanda na rede pública de saúde do DF "é um problema antigo do DF, que existe desde o início dos anos 80". Ele acrescentou que os recursos do Ministério da Saúde serão adicionados às áreas de clínica médica, cirurgias eletivas, de emergência, atendimento odontológico e nas dezenas de postos de saúde existentes no Plano Piloto e cidade satélites.

O ideal, segundo o secretário, seria o DF receber recursos que cobrissem não só a

demandas da própria população do DF, mas do excedente proveniente da região do Entorno e dos estados nordestinos. "Evidentemente, isso não é possível, pois a lei estabelece que o quantitativo financeiro a ser recebido deve estar numas relação exata com a população real apurada pelo IBGE. O que temos nos DF é uma variação para mais que, motivada pela constante demanda externa, pressiona a utilização de leitos, equipamentos, medicamentos e uma série de outros serviços médicos", explicou o secretário.

(Da redação com agências)